

HABEAS CORPUS Nº 493.991 - SP (2019/0046253-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : WILSON AZEVEDO DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : WILSON AZEVEDO DOS SANTOS - GO009199
ADVOGADOS : GRAZIELA MARISE CURADO DE OLIVEIRA - DF024565
PEDRO DIVINO DO NASCIMENTO - MG174626
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REDEVAL PANZERRI VITAL (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus** impetrado em favor de REDEVAL PANZERRI VITAL, contra v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, **em tese**, do delito capitulado "*nos artigos 288, caput; 180, caput (dozes vezes); 180, §1º (três vezes), c/c artigo 71, todos do Código Penal, na forma do artigo 69 do mesmo diploma normativo*" (fl. 95).

Postula o impetrante, em linhas gerais, a revogação de sua prisão preventiva, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a segregação cautelar do paciente. Pleiteia, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

É o breve relatório.

Decido.

A análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Na hipótese, a r. decisão impugnada está fundamentada nos seguintes termos, **verbis**:

"Nesse passo, presente o fumus delicti comissi, uma vez que os documentos juntados aos autos demonstram que há indícios de que os

denunciados José Crispim, Marta Maria Inácio, Bruno Inácio e Breno Inácio se associaram para praticar furtos de gado na comarca de Nhandeara, especificamente em propriedades situadas em Nhandeara e em Floreal; por seu turno, o denunciado Redeval associou-se àqueles obtendo proveito dos furtos praticados, mostrando-se que a personalidade dos participantes desta estrutura criminosa está voltada para a criminalidade..

Presente também o periculum libertatis com vistas a garantia da ordem pública, uma vez que a conduta praticada causa perturbação e desassossego da comunidade em que o trato do gado é essencial à economia local, o que continuará ocorrendo com a permanência dos acusados em liberdade.

Por fim, no quadro ora traçado, os vários crimes atribuídos aos denunciados e o complexo modus operandi da empreitada criminosa demonstram ser insuficiente a substituição da medida extrema por cautelares alternativas.

Desta forma, considerando que a materialidade do delito vem delineada nos autos, o mesmo ocorrendo com os indícios de autoria, e estando presentes os requisitos legais, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos réus Redeval Panzerri Vital, Bruno Inácio Gonçalves, José Crispim Gonçalves, Breno Inácio Gonçalves e Marta Maria Inácio, nos termos do art. 311 e 312, do CPP " (fl. 96, grifei).

Portanto, ao que parece, **ao menos neste juízo de prelibação**, o r. **decisum** está suficientemente fundamentado na necessidade de garantia da ordem pública, em virtude da periculosidade do agente. Nesse sentido:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.
FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA.
FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO
AGENTE. MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DE GARANTIA
DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.
IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA
CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL
NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.**

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Devendo, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos do previsto no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, todavia, verifica-se que a prisão

preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos concretos, a periculosidade da agente ante o modus operandi - furtar 80.000 kg (oitenta mil quilos) de soja em 2 carretas, em concurso com dois agentes -, o que demonstra a necessidade de garantia da ordem pública.

3. A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

4. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.

Recurso desprovido." (RHC 62.032/MS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 24/02/2017, grifei).

Não verifico, pois, a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada nesta análise meramente perfunctória.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas, ao d. Juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator